

# Perfil da Violência Doméstica Contra a Mulher: Estudo em um Centro de Referência

## Profile of Domestic Violence against Women: Study in a Reference Center

Adriana Sales de Almeida<sup>a</sup>; Vitória da Silva Andrade<sup>b</sup>; Cícero Aldemir da Silva Batista<sup>b</sup>; Otácio Pereira Gomes<sup>c</sup>; Dailon de Araújo Alves<sup>d</sup>; Grayce de Alencar Albuquerque<sup>b</sup>; Izabel Cristina Santiago Lemos de Beltrão<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Centro de Referência de Assistência Social. CE, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade Regional do Cariri. CE, Brasil.

<sup>c</sup>Centro Universitário Vale do Salgado. CE, Brasil.

<sup>d</sup>Faculdade de Medicina Estácio – Juazeiro. CE, Brasil.

---

### Resumo

O desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, com a finalidade de prevenir episódios de violência contra a mulher e proporcionar uma assistência mais adequada às vítimas torna relevante a identificação do perfil local dos casos de violência doméstica. A pesquisa teve por objetivo identificar o perfil socioeconômico associado ao tipo de violência doméstica sofrido por mulheres no município de Iguatu (CE). O estudo foi realizado, em 2017, a partir de uma investigação documental, mediante informações nos prontuários do Centro Referência da Mulher (CRM) do município de Iguatu (CE). As variáveis selecionadas foram: idade, nível de escolaridade, renda individual, condições de moradia, estado civil, número de filhos, vínculo com o/a agressor/a e o/os tipo/tipos de violência sofrida/sofridas pelas usuárias do Centro de Referência. Em seguida, os dados foram quantificados e compilados em forma de tabelas e de gráficos. Os dados obtidos foram analisados mediante o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 23.0. Os resultados apontaram que os índices de violência predominantes no CRM foram direcionados às mulheres com faixa etária acima dos 40 anos, baixa escolaridade e renda, casadas ou em união estável, tendo o cônjuge como principal agressor. As violências que prevaleceram foram do tipo física e psicológica. Houve associação estatisticamente significativa entre as variáveis estado civil e tipo de violência. O conhecimento sobre o perfil socioeconômico possibilita uma melhor articulação de estratégias sociais por parte dos municípios, inclusive, no que diz respeito às ações de prevenção da violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Epidemiologia. Violência Doméstica. Violência Contra a Mulher.

### Abstract

*The development and implementation of public policies to prevent episodes of violence against women and provide more adequate assistance to victims to make it important to identify the local profile of domestic violence cases. The objective of the research was to identify the socioeconomic profile associated with the type of domestic violence suffered by women in the city of Iguatu (CE). The study was conducted in 2017, from a documentary investigation, using the information in the records of the Reference Center for Women in the municipality of Iguatu (CE). The selected variables were: age, education level, individual income, housing conditions, marital status, number of children, bond with the aggressor, and the type/types of violence suffered/suffered by the reference center users. Then, the data were quantified and compiled in the form of tables and graphs. The data obtained were analyzed using the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), version 23.0. The results showed that the predominant violence rates were directed at women over the age of 40, with low education and income, married or in a stable relationship, with the spouse as the main aggressor. The violence that prevailed was physical and psychological. There was a statistically significant association between the variables marital status and type of violence. Knowledge about the socioeconomic profile makes it possible for municipalities to better articulate social strategies, including regarding actions to prevent violence against women.*

**Keywords:** *Epidemiology. Domestic Violence. Violence against Women.*

---

### 1 Introdução

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno de trajetória histórica e que se perpetua até os dias atuais, atingindo todas as classes sociais, étnicas e raciais. Essa acontece de diversas formas e entre os tipos mais comuns estão: a violência física, a violência psicológica, a violência patrimonial e a violência sexual (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Infelizmente, o ambiente familiar figura como o cenário no qual, comumente, a mulher sofre a violência, em especial, praticada por seu companheiro (VASCONCELOS; HOLANDA; ALBUQUERQUE, 2016). Assim, pode-se dizer que a violência, em suas diversas facetas, afeta de maneira negativa a personalidade e até mesmo a autoestima da mulher,

fazendo com que a vítima se sinta impotente e culpada, perpetuando um ciclo de sofrimento psíquico, de abusos e de desesperança (SILVA *et al.*, 2020).

Dessa maneira, torna-se relevante o desenvolvimento perene de políticas públicas, com a finalidade de prevenir episódios de violência contra a mulher e proporcionar uma assistência mais adequada às vítimas de violência doméstica (PINTO *et al.*, 2017). Para isso, faz-se também necessário conhecer o perfil local dos casos de violência doméstica, adotando estratégias e formulando ações focadas nas necessidades e particularidades apresentadas por cada município (COELHO *et al.*, 2019; MALANGA; BASTOS; CALDEIRA, 2020).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo investigar o perfil socioeconômico relacionado à ocorrência da violência doméstica, associado ao tipo de violência sofrido por mulheres atendidas pelo Centro de Referência da Mulher (CRM) no município de Iguatu-Ceará (CE).

## 2 Material e Métodos

O presente estudo é de natureza descritiva, com abordagem quantitativa, realizado a partir de uma investigação documental, através dos registros nos prontuários do CRM localizado na cidade de Iguatu-CE, sendo considerado como um dos municípios mais populosos do Brasil e distante 380 km da capital do Estado (IBGE, 2017).

A coleta dos dados ocorreu a partir de outubro de 2017 e foi realizada por meio dos prontuários do serviço, no prédio do CRM, por uma acadêmica do curso de Psicologia, previamente habilitada para a coleta. Foi delimitado o período entre 2013 e 2017, para o levantamento das variáveis socioeconômicas. O acesso aos prontuários foi mediado por profissional do serviço. Posteriormente, foi realizada a leitura dos registros, sendo os dados coletados referentes às variáveis: idade, nível de escolaridade, renda individual, condição de moradia, número de filhos, vínculo com o agressor e tipo(s) de violência sofrida(s) pela vítima.

Para a tabulação dos dados foi utilizado o programa *Microsoft Excel 2013* e para análise estatística o programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 23.0. Sendo aplicada a análise estatística univariada e bivariada, com a finalidade de saber quais variáveis apresentaram possível associação estatística com a violência doméstica. Os dados foram, assim, quantificados e organizados em forma de tabelas, de planilhas ou de gráficos, para apresentação dos resultados.

A presente pesquisa foi realizada dentro das normas das resoluções nº 510/2016 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Ministério da Saúde (MS), sendo garantidos o anonimato e o sigilo, no que concerne ao manuseio dos prontuários. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UniLeão), sob nº 2.310.729.

## 3 Resultados e Discussão

### 3.1 Caracterização da amostra

Neste estudo, foram utilizados 76 prontuários de usuários do sexo feminino, no recorte temporal selecionado. No que diz respeito à idade, a faixa etária predominante foi de mulheres acima dos 40 anos, correspondendo a um percentual de 48,08%. Em seguida, observam-se as mulheres de 20 a 39 anos (42,31%), seguindo-se pela faixa etária de 15 a 19 anos (5,77%) e as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (3,85%).

Quanto aos dados relacionados à escolaridade, as mulheres que não chegaram a concluir o Ensino Fundamental correspondem a 64,86%, maioria expressiva da amostra.

Aquelas que nunca frequentaram a escola representam um percentual de 16,22%. Em contrapartida, mulheres que concluíram o Ensino Médio totalizaram 8,11%, assim como as que não concluíram o Ensino Médio (8,11%). Mulheres que possuem Ensino Superior incompleto detêm uma taxa de 2,70% da amostra.

Com relação à renda individual, observa-se que, das mulheres entrevistadas, quase em sua totalidade, cerca de 73,33% recebiam unicamente recurso de Programa Social disponibilizado pelo Governo como fonte de renda. As que se beneficiam de Programa Social e ainda recebem um a dois salários-mínimos de renda própria representam 17,78%. Por sua vez, as mulheres com renda de até dois salários-mínimos e que não se beneficiam de Programa Social correspondem a 6,67% da amostra. Uma pequena parcela possui renda superior a 3 salários-mínimos.

Com respeito à condição de moradia, observou-se que 56,4% vivem em casa própria, e 43,6% em casas alugadas. Vale ressaltar que tal porcentagem se concentra nos prontuários de dados válidos, ou com a variável preenchida. Desse modo, destaca-se que dos 76 prontuários, 21 não apresentavam essa informação, ou se caracterizavam como omissos. No que tange à distribuição do percentual do saneamento básico, 90% das mulheres possuem saneamento básico, e 10% não dispõem do mesmo. Todavia, também para essa variável, dos 76 prontuários analisados, 26 não apresentavam essa informação.

Referente ao número de filhos, observa-se que 60,38% das mulheres possuem entre 1 a 2 filhos. Mulheres que possuem entre 2 a 5 filhos equivalem 33,96%. Acima de 5 filhos representam 3,77%. Já quando observadas as mulheres que não possuem filhos, estas apresentam um percentual de apenas 1,89%.

### 3.2 Caracterização da Violência

No que tange ao tipo de vínculo com os agressores se pode constatar que os maridos são os principais autores da violência contra a mulher, representando um percentual de 41,86%. Após os maridos, seguem-se os companheiros e os filhos, que representam 11,63% do universo analisado, já os pais representam 4,65% desses agressores e 9,30% dos agressores são seus ex-maridos. O restante da amostra, com menor representatividade, apresenta o percentual de 2,33%, nesse caso se enquadram: tio, padrasto, primo, filha, irmã e cunhado, filho e nora, esposo da afilhada e irmã.

No que diz respeito aos tipos de violência, pela amostra considerada, a tabela 3 evidencia a distribuição dos tipos de violência, de acordo com as características conjugais das mulheres.

**Quadro 1 -** Distribuição dos Tipos de violência, de acordo com as características conjugais das mulheres. Iguatu – CE, Brasil, 2017

Tipo de Violência União Estável		Estado Civil			Total	P
		Casada	Viúva			
Física	fi	0	2	0	2	
	%	0,0%	100%	0,0%	100%	
Psicológica	fi	0	3	1	4	
	%	0,0%	75,0%	25,%	100%	
Intrafamiliar	fi	0	3	0	3	
	%	0,0%	100%	0,0%	100%	
Moral	fi	0	1	0	1	
	%	0,0%	100%	0,0%	100%	
Física e Psicológica	fi	0	12	0	12	
	%	0,0%	100%	0,0%	100%	<b>0,04</b>
Física, Psicológica e Intrafamiliar	fi	0	2	0	2	
	%	0,0%	100%	0,0%	100%	
Física, Sexual e Psicológica	fi	1	0	0	1	
	%	100%	0,0%	0,0%	100%	
Física, Sexual, Psicológica, Patrimonial e Moral	fi	1	0	0	1	
	%	100%	0,0%	0,0%	100%	
Total	fi	2	23	1	26	
	%	7,7%	88,5%	3,8%	100%	

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme representado pela tabela acima, foi observada associação estatisticamente significativa entre a natureza do tipo de violência e a situação conjugal ( $p=0,04$ ), ou seja, este se manifesta como fator ligado à questão da violência. Para a presente pesquisa, apenas essa variável se mostrou estatisticamente relevante.

### 3.3 Violência doméstica: perfil e implicações

A partir dos dados apresentados, observaram-se similaridades entre os achados no município de Iguatu, quando comparados aos resultados de outros estudos realizados em território nacional (OLIVEIRA; LEAL, 2016; SILVA *et al.*, 2013, 2016). Na pesquisa de Garcia *et al.* (2016) ficou evidenciada uma relação estreita entre as violências que sofrem a mulher e as sobreposições entre as relações de gênero e a variável estado civil, principalmente, no âmbito doméstico.

Além disso, Ferreira *et al.* (2016) constataram que o maior número de mulheres, que alegava ter sofrido ou continuar sofrendo violência, apresentava faixa etária equivalente superior a 31 anos, sem trabalho remunerado, com baixa escolaridade e que vivem em relação afetiva fixa e/ou duradoura.

Corroborando com os dados apresentados, na pesquisa de Amaral (2016), a maioria das mulheres com notificação por violência doméstica sofreram agressão por parte dos seus companheiros e, no que diz respeito à renda, a maior prevalência de violência aconteceu entre as classes mais vulneráveis. Em relação aos filhos, mais de 50% das mulheres, que sofreram violência no município de Iguatu – atendidas pelo CRM entre 2013 a 2017 – possuem de 1 a 2 filhos, tais constatações também foram observadas no estudo de Galvão

e Andrade (2004).

Relativo aos tipos de violência sofridos, estudos acerca do perfil dos Boletins de Ocorrência na Lei Maria da Penha de Griebler e Borges (2013) corroboram os dados apresentados para o presente estudo, destaca-se ainda a presença constante de múltiplos tipos de violência. Na referida pesquisa, os autores estudaram as agressões em diferentes faixas etárias, entre 15 e 88 anos, encontrando variáveis entre 24,3% a 45,5% nas violências patrimoniais, 15,7% a 18,2% nas morais e 6,1% nas sexuais. Foi identificado que as mulheres que possuíam bens comuns com seus maridos sofriam casos de violência patrimonial de forma mais frequente.

No estudo de Costa, Serafim e Nascimento (2015) se constatou que a violência intrafamiliar apresentou taxas elevadas, cerca de 62,5%, evidenciando-se, em especial, no que tange à violência psicológica, física e moral. Por sua vez, o estudo de Scanone e Vasconcelos (2016), sobre o perfil das vítimas de violência doméstica no Ceará, ratifica os dados encontrados, apontando que a violência psicológica é um dos indicadores atrelados ao poder de coação do agressor.

Por conseguinte, os autores supracitados destacam que os agressores apresentam um padrão de comportamento, sendo assim, muitos buscam coagir as vítimas por meio de ameaças, de constrangimentos, de humilhações, de manipulações, de insultos e de chantagens. Assim, a coação psicológica se manifesta em relações possessivas, com predomínio constante de términos e de crises de ciúme (SCANONE; VASCONCELOS, 2016).

Nesse sentido, Barros *et al.* (2016) afirmam que, conforme práticas de violência vão se multiplicando, os prejuízos ocasionados pelos danos à mulher reproduzem, de maneira significativa, em sua saúde física e mental. Os autores ressaltam

que, em alguns relacionamentos, as primeiras agressões são verbais e a partir de então avançam para os tipos de violência mais comuns entre as diversas culturas, faixa etária, e nível econômico/social: a violência física e emocional.

Rocha, Almeida e Araújo (2011) destacam, em seu trabalho, que entre as diferentes formas de lidar com o sofrimento, algumas mulheres impulsionam a utilização do consumo de álcool e de tabaco como maneira de enfrentar a violência. No que concerne às reflexões e às práticas sobre os tipos de violência e fatores desencadeantes, que foram evidenciados nessa discussão, Canuto *et al.* (2014) ressaltam que a agressão está estreitamente ligada à questão da qualidade de vida, tornando-se um ponto preocupante para a saúde pública brasileira.

Os referidos autores reafirmam também que a questão da violência afeta, especialmente, o gênero feminino nos cenários físicos, mentais, sociais e culturais, uma vez que altera a saúde corporal e psicológica, além de interferir nas interações familiares e nas relações que as mulheres constroem durante a vida (CANUTO *et al.*, 2014).

Mediante tais resultados, reforça-se que algumas razões que podem estar relacionadas com a manutenção de altos índices de violência no cenário nacional são: déficit dos gestores quanto à implementação de políticas públicas específicas para nortear ações de apoio às vítimas de violência, focando-se também nos reforços aos incisos da Lei Maria da Penha, e a falta de vínculo das usuárias com os serviços (GUERRA; PUGA, 2015).

Outro aspecto relevante, que deve ser pontuado, é a necessidade de um processo contínuo focado na educação dos jovens, quebrando os paradigmas fixados pelo passado patriarcal, reduzindo, com o objetivo de erradicar, as condutas violentas por parte dos futuros parceiros (SCANONE; VASCONCELOS, 2016).

Salienta-se que a pesquisa apresentou limitações no que concerne ao processo de coleta, considerando que alguns prontuários não apresentavam dados referentes às variáveis investigadas, impactando no levantamento mais fidedigno acerca do perfil socioeconômico das vítimas. Todavia, embora foque em uma realidade municipal, acredita-se que os dados apresentados podem subsidiar outras pesquisas regionais e nacionais, contribuindo, ainda, para o fomento de estratégias locais resolutivas frente ao cenário adverso da violência doméstica.

#### 4 Conclusão

Identificou-se que a violência contra a mulher acontece, predominantemente, no âmbito familiar e é praticada, principalmente, pelos seus companheiros, em relação duradoura fixa e concedida. A presente pesquisa ainda enfatiza que a violência física e psicológica foram as mais prevalentes e acontecem, na maioria das vezes, concomitantemente.

Apesar do aumento dos números de notificações, é notório o déficit e as falhas nas políticas públicas punitivas

direcionadas ao agressor. A implementação do CRM no município de Iguatu foi de suma relevância, sendo ofertada assistência multiprofissional, orientações e encaminhamentos, além de dispor de atendimentos psicológicos, social e jurídico.

Por fim, espera-se que as informações obtidas neste estudo possam subsidiar a formulação e implementação de programas, de serviços, de estratégias e de tecnologias de atenção voltadas para o combate à violência contra a mulher, mas também focadas para a prevenção e o empoderamento das vítimas.

#### Referências

- AMARAL, L. B. M. *et al.* Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *REF.*, v.24, n.2, p.521-540, 2016. doi: 10.1590/1805-9584-2016v24n2p521
- BARROS, E. N. *et al.* Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.21, n.2, p.591-598, 2016. doi: 10.1590/1413-81232015212.10672015
- CANUTO, M. A. O. *et al.* Reflexões sobre violência contra a mulher e sua interface com a qualidade de vida. *Rev. Enferm.* v.8, n.6, p.1799-1803, 2014. doi: 10.5205/reuol.5876-50610-1-SM.0806201445
- COELHO, F.A. F. *et al.* Perfil epidemiológico de mulheres em situação de violência de gênero no Estado do Ceará, 2008 a 2017. *Cad. ESP.*, v.13, n.1, p.37-46, 2019.
- COSTA, M.S.; SERAFIM, M.L.F.; NASCIMENTO, A.R.S. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.3, n.24, p.551-558, 2015. doi: 10.5123/S1679-49742015000300022
- FERREIRA, R.M. *et al.* Características de saúde de mulheres em situação de violência doméstica abrigadas em uma unidade de proteção estadual. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.21, n.12, p.3937-3946, 2016. doi: 10.1590/1413-812320152112.09092015
- GALVAO, E.F.; ANDRADE, S.M. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. *Saúde Soc.*, v.13, n.2, p.89-99, 2004. doi: 10.1590/S0104-12902004000200009
- GARCIA, L.P. *et al.* Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *CSP*, v.32, n.4, e00011415, 2016. doi: 10.1590/0102-311X00011415
- GRIEBLER, C.N.; BORGES, J.L. Violência contra a mulher: perfil dos envolvidos em boletins de ocorrência da Lei Maria da Penha. *Rev. Psico.*, v.44, n.2, p.215-225, 2013.
- GUERRA, C. C.; PUGA, V. L. Política pública pela não violência à mulher, conjugal e familiar: a experiência pioneira da PAM-Patrolha de Atendimento Multidisciplinar de Uberlândia – MG. *Hist. Gênero Violência*, v.7, n.13, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade Brasil. Estado de Ceará. *Município de Iguatu: Informação geral*. Iguatu- CE, 2017.
- OLIVEIRA, L.A.S.; LEAL, S.M.C. Mulheres em situação de violência que buscaram apoio no centro de referência Geny Lehnen/RS. *Enferm. Foco.*, v.7, n.2, 2016. doi: 10.5123/S1679-49742016000200012
- PINTO, L.S.S. *et al.* Políticas públicas de proteção à mulher:

- avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. *Ciênc. Saúde Colet.*, v.22, p.1501-1508, 2017. doi: 10.1590/1413-81232017225.33272016
- ROCHA, S.V.; ALMEIDA, M.M.; ARAUJO, T.M.G. Violência contra a mulher entre residentes de áreas urbanas de Feira de Santana, Bahia. *Trends Psych. Psychother.*, v.33, n.3, p.164-168, 2011. doi: 10.1590/S223-60892011000300006
- SCANONE, C.S.; VASCONCELOS, F.J.M. Uma análise acerca do perfil das vítimas de violência doméstica e familiar no município de Quixadá – CE. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (EEDIC), v.3, n.1, 2017.
- SILVA, A.F.C. *et al.* Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima. *RSD*, v.9, n.3, p.e35932363-e35932363, 2020. doi: 10.33448/rsd-v9i3.2363
- SILVA, L.E.L.; OLIVEIRA, M.L.C. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.25, p.331-342, 2016. doi: 10.5123/S1679-49742016000200012
- SILVA, L.E.L.; OLIVEIRA, M.L.C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.20, n.11, p.3523-3532, 2015. doi: 10.1590/1413-812320152011.11302014
- SILVA, M. C. M. *et al.* Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.22, n.3, p.403-412, 2013. doi: 10.5123/S1679-49742013000300005
- VASCONCELOS, M.S.; HOLANDA, V.R.; ALBUQUERQUE, T.T. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. *Cogitare Enferm.*, v.21, n.1, p.1-10, 2016. doi: 10.5380/ce.v21i1.41960 .